



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **14 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 22 de setembro de 2011

<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Importadores vão pedir revisão de decreto a ministro ..... 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Senado aprova isenção para produzir tablets Medida concede benefícios fiscais e visa a reduzir preço final ..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Resistência do Brasil à crise 'não é ilimitada', diz Dilma ..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Dólar dispara e FMI vê risco no crédito ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>REVISTA INFO EXAME</b> Governo aumenta imposto de importação de bicicletas e já estuda elevar IPI ..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AGÊNCIA SENADO</b> Aprovada MP que permite redução no preço dos 'tablets' ..... 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AGÊNCIA BRASIL</b> Proposta do Brasil à OMC sobre tarifas de importações será discutida na próxima reunião do Mercosul ..... 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>JORNAL DO COMMERCIO RJ</b> Aprovado benefício para tablet ..... 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Tablet produzido no país terá benefício fiscal ..... 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Alta do dólar já compensa a queda das commodities ..... 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Dilma muda discurso para tratar mais da crise mundial ..... 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Contrapartidas ao aumento do IPI ..... 17 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>GENTE DE OPINIAO</b> Informática em G. Mirim: Projeto de Raupp e Expedito tramita ..... 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O NORTAO</b> Inscrições para Fórum de Investidores da Feira Internacional da Amazônia estão abertas ..... 19 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>FOLHA DE SÃO PAULO</b>		EDITORIA
	TÍTULO <b>Importadores vão pedir revisão de decreto a ministro</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

IPI DE SÃO PAULO - Os **importadores** se reúnem hoje em São Paulo com o ministro Fernando **PIM**entel (**Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**) para pedir a revisão do decreto que aumentou o IPI para carros **importados**. A Abeiva (associação dos **importadores** de veículos) vai argumentar a inconstitucionalidade da medida

com objetivo de elevar para 90 dias o prazo dado às empresas para que se adaptem às regras. Segundo o decreto, os carros precisam ter ao menos 65% de componentes nacionais para não ser taxados com o aumento. Com o prazo maior, os **importadores** poderiam planejar as **importações** e as vendas do estoque.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Senado aprova isenção para produzir tablets Medida concede benefícios fiscais e visa a reduzir preço final</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**BRASÍLIA. O Senado aprovou ontem o projeto que permitirá uma queda de cerca de 30% podendo chegar até 40% no preço dos tablets ao consumidor final.**

A medida que concede benefícios fiscais, entre os quais redução a zero do PIS e da Colins incidentes sobre a vendidos produtos fabricados no Brasil, segue agora para a sanção presidencial. A medida provisória que enquadrou os tablets em uma nova categoria de produtos de informática foi publicada em 23 de maio. A MP determinou que os fabricantes de tablets deveriam Produtivo Básico (**PPB**) para obter isenção total de PIS/Cofins (cuja alíquota atualmente

chega a 9,25%): redução do imposto sobre Produtos industrializados (IPI) de 15% para 3%; e diminuição do imposto de **importação** e do **ICMS**, dependendo de cada estado. O tablet era considerado um palmtop e, por isso, sobre ele incidia uma carga tributária bem mais alta.

- A aprovação da MP representa conquistas para a população de todo Brasil, pois além de diminuir os preços desses produtos para os consumidores, garante emprego e renda para quem vive no Norte e no Nordeste - disse o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), relator da proposta.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO <b>Resistência do <u>Brasil</u> à crise 'não é ilimitada', diz Dilma</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Na abertura da Assembleia da ONU, presidente defende união dos países

Ao abrir ontem a Assembleia Geral da ONU, a presidente Dilma Rousseff defendeu a união dos países para enfrentar a crise econômica mundial, alertando para o risco de ela se transformar numa "grave ruptura política e social". "Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores, ou sairemos todos derrotados", discursou ela, que foi aplaudida seis vezes. Ao falar sobre o Brasil, Dilma disse que o país tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. "Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada", ressaltou. Ao defender a criação do Estado Palestino, recebeu os mais demorados aplausos. Ela ainda destacou o fato de ser a primeira mulher a abrir a Assembleia da ONU e lembrou que foi torturada na ditadura, defendendo o respeito aos direitos humanos em todos os países. Dilma teve encontros bilaterais com chefes de Estado de cinco países, incluindo França e Reino Unido.

#### Ou união ou derrota

Na ONU, Dilma prega ação conjunta contra crise global e admite que resistência do Brasil é limitada

Cristiane Jungblut\*

Fernanda Godoy\*\*

Em quase 25 minutos de um discurso incisivo e repleto de recados e reivindicações, ontem, na sede das Nações Unidas, a presidente Dilma Rousseff afirmou que há o risco de a crise econômica mundial se transformar numa "grave ruptura política e social", pregou a união dos países para evitar a derrota de todos e reconheceu que o Brasil tem uma capacidade de resistência limitada aos abalos na economia mundial.

No discurso, interrompido seis vezes pelos aplausos dos representantes dos 193 países com assento na ONU, Dilma defendeu enfaticamente a criação do Estado Palestino e afirmou que o Brasil está pronto para integrar, como membro permanente, o Conselho de Segurança da ONU.

Como primeira mulher a discursar na abertura da Assembleia Geral da ONU, ela ficou com a voz embargada ao lembrar sua condição de torturada na ditadura. Foi

aplaudida pela primeira vez quando disse que vivia um momento histórico, representando as mulheres. Os mais enfáticos e demorados aplausos foram recebidos quando citou a criação do Estado Palestino:

- É chegado o momento de ter a Palestina aqui representada a pleno título - afirmou.

Mas foi como economista que ela usou boa parte do seu discurso:

- Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores, ou sairemos todos derrotados.

Ao falar sobre o Brasil, disse que o segredo do país foi fortalecer seu mercado interno, mas frisou que o país também tem suas limitações:

- O Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada.

Foi ao falar da condição de mulher e de lembrar que foi presa política que ela se emocionou:

- Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da Justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

Ao final da fala do presidente americano, Barack Obama, quando houve o primeiro intervalo, Dilma foi cercada por dezenas de chefes de Estado, que a cumprimentaram efusivamente. A seguir, os principais trechos do discurso da presidente:

**CRISE ECONÔMICA:** "O mundo vive um momento extremamente delicado e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade histórica. Enfrentamos uma crise econômica que, se não for debelada, pode se transformar em uma grave ruptura política e social. Uma ruptura sem precedentes, capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações. Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores, ou sairemos todos derrotados. Agora, menos importante é saber quais foram os causadores da situação que enfrentamos, até porque isto já está suficientemente claro. Importa, sim, encontrarmos soluções

coletivas, rápidas e verdadeiras. Há sinais evidentes de que várias economias avançadas se encontram no limiar da recessão, o que dificultará, sobremaneira, a resolução dos problemas fiscais".

**CULPADOS:** "Não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise. É, permitam-me dizer, por falta de recursos políticos e, algumas vezes, de clareza de ideias. Parte do mundo não encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para a demanda e o crescimento. Ficam presos na armadilha que não separa interesses partidários daqueles interesses legítimos da sociedade. O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo".

**DESEMPREGO:** "Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise, a do desemprego, se amplia. Já temos 205 milhões de desempregados no mundo".

**BRASIL:** "O Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos, e podemos, ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda. O Brasil está fazendo a sua parte. Com sacrifício, mas com discernimento, mantemos os gastos do governo sob rigoroso controle, a ponto de gerar vultoso superávit nas contas públicas, sem que isso comprometa o êxito das políticas sociais, nem nosso ritmo de investimento e de crescimento. Estamos tomando precauções adicionais para reforçar nossa capacidade de resistência à crise, fortalecendo nosso mercado interno com políticas de distribuição de renda e inovação tecnológica. Há pelo menos três anos, senhor presidente, o Brasil repete, nesta mesma tribuna, que é preciso combater as causas, e não só as consequências da instabilidade global".

**PROTECIONISMO:** "O protecionismo e todas as formas de manipulação comercial devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade, de maneira espúria e fraudulenta".

**PALESTINA:** "Lamento ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das

Nações Unidas. O Brasil já reconhece o Estado Palestino como tal. Assim como a maioria dos países nesta Assembleia, acreditamos que é chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título".

**PRIMAVERA ÁRABE:** "Desde o final de 2010, assistimos a uma sucessão de manifestações populares que se convencionou denominar "Primavera Árabe" (...) É preciso que as nações aqui reunidas encontrem uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo".

**PAZ SEM FORÇA:** "Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis. Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso à força deve ser sempre a última alternativa. A busca da paz e da segurança no mundo não pode limitar-se a intervenções em situações extremas".

**CONSELHO DE SEGURANÇA 1:** "Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger; pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões. E a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma".

**CONSELHO DE SEGURANÇA 2:** "A cada ano que passa, mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança, o que corrói sua eficácia. O ex-presidente Joseph Deiss recordou-me um fato impressionante: o debate em torno da reforma do Conselho já entra em seu 18º ano. Não é possível, senhor presidente, protelar mais. O mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea (...) que incorpore novos membros permanentes e não permanentes, em especial representantes dos países em desenvolvimento. O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dólar dispara e FMI vê risco no crédito</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com o agravamento da crise e apostas de fundos estrangeiros no mercado cambial, o dólar subiu 4,25%, a R\$ 1,865, maior alta em dois anos, acumulando 17% no mês. O governo admite mudar sua ação no câmbio. Para o FMI, o crédito no Brasil ameaça a economia.

#### Dólar: escalada sem limite

Moeda sobe 4,25%, vai a R\$1,865, com especulação. Governo já pensa em rever estratégia no câmbio

Bruno Villas Bôas, Gabriela Valente e Fernando Eichenberg\*

Uma crise internacional cada vez mais pesada e apostas erradas de fundos de investimentos estrangeiros no mercado futuro de câmbio sacudiram ontem o dólar. A moeda americana subiu 4,25%, a R\$1,865, o maior avanço percentual desde 22 de outubro de 2008 - auge da crise hipotecária americana - e maior valor desde junho de 2010. A moeda americana acumula agora um avanço de 17,07% no mês, uma das maiores valorizações do mundo. O dólar turismo chegou mais perto de R\$2 e fechou a R\$1,93 no Rio, com alta de 2,11%. Diante deste quadro, o governo brasileiro, que tanto combateu a valorização do real - que chegou a ser negociado a R\$1,537 em 26 de julho, menor cotação em 12 anos - já admite a possibilidade de rever sua estratégia no mercado.

- Se houver alguma piora relativa da crise, o câmbio terá pouca alteração, será uma movimentação gradual, perfeitamente assimilada pela economia. Agora, se a coisa ficar feia, vamos ter de repensar tudo e ver o que precisa ser feito. Mas não vamos nos antecipar - disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao chegar ontem em Washington para o encontro anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Durante o dia, a moeda chegou a ser negociada a R\$1,872 (+4,64%) no mercado à vista. A disparada levou o Banco Central (BC) a já ontem mudar sua atuação e anunciar que não renovará contratos de derivativos que venceriam no início de outubro. Esse tipo de papel, conhecido como swap cambial reverso, ajudava a evitar que a moeda americana derretesse ainda mais, porque, na prática, funciona como uma

compra de dólares no mercado futuro. Agora, com a decisão, é como se o BC tivesse vendido US\$2 bilhões. O BC ainda tem na manga US\$6,4 bilhões em contratos de swap cambial que estão na praça. Segundo fontes graduadas da área econômica do governo, o mercado futuro tem um peso muito maior na formação do preço da moeda e preocupa o BC.

#### Bancos reveem projeções da moeda

No mercado futuro, por trás do avanço do dólar estão fundos de investimento estrangeiros e grandes bancos brasileiros, principalmente Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, HSBC, Santander e Citibank. Esses bancos operam contratos de câmbio na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) buscando lucro para si - a chamada operação de tesouraria - e para seus clientes, como empresas exportadoras, por exemplo.

Os estrangeiros, por sua vez, apostavam no mercado futuro que o dólar seguiria em queda e os juros brasileiros seguiriam em alta. Mas o dólar comercial entrou em trajetória de valorização com a piora do cenário externo e com o inesperado corte, por parte do BC, da taxa básica Selic, em 0,5 ponto percentual no fim de agosto, para 12% ao ano.

Sidnei Nehme, diretor-executivo da NGO Corretora, afirma que os grandes fundos estrangeiros, ao errarem nas apostas, começaram a perder dinheiro. Para evitar prejuízos maiores, foram ao mercado fechar contratos projetando a alta da moeda. Esbarraram, no entanto, na falta de liquidez causada pela criação, no fim de julho, de uma espécie de pedágio para os investidores que aumentarem suas apostas na queda do dólar.

Pela medida, quem fizer operações vendidas (que projetam desvalorização do dólar) acima de US\$10 milhões e não tiver uma contrapartida equivalente em operações compradas (que apostam na subida da moeda) estará sujeito a um Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 1% sobre o descasamento.

- O mercado está com pouca liquidez após as medidas de IOF anunciadas pelo governo. Ou seja, tem menos agentes operando. Os bancos acabaram assumindo a contraparte das posições dos fundos estrangeiros, mas cobraram por isso uma

taxa muito alta. Deram uma surra nos fundos estrangeiros e puxaram a taxa para cima - explica Nehme.

As apostas dos bancos na alta do **dólar** superavam seus contratos projetando queda em US\$956 milhões na segunda-feira. Na terça-feira, a diferença caiu para US\$96 milhões, considerando cupom cambial (que inclui variação de juros) e **dólar** futuro. Já as apostas dos investidores estrangeiros na queda da moeda superavam os contratos prevendo alta em US\$9,074 bilhões na segunda-feira. Na terça-feira, a diferença caiu para US\$8,667 bilhões.

Para Rodrigo Trotta, **Superintendente** de Tesouraria do Banif, o **mercado** também vive uma crise de confiança sobre a capacidade do país de controlar a inflação. Ele lembra que o **dólar** comercial subiu mais de 15% desde o corte dos juros pela autoridade monetária.

- O BC precisa trabalhar com foco na inflação. Se começa a aceitar um índice de preços mais alto, ele perde credibilidade junto ao **mercado**. O **dólar** é uma variável emocional mais forte no **mercado** - explica Trotta.

Nos últimos dias, os setores de análise dos grandes bancos reviram suas projeções para o **dólar** no fim do ano. O BNP Paribas prevê a moeda a R\$1,85 em dezembro. O Bank of America espera cotação de R\$1,80 e o JPMorgan, de R\$1,70. Antes, a maioria previa o **dólar** em torno de R\$1,65 no fim do ano.

#### **Mantega: dívida de empresas preocupa**

De acordo com Mantega, os próximos passos vão depender da rapidez da crise na zona do euro:

- A velocidade é um pouco variável. Mesmo porque o **mercado** às vezes exagera na velocidade, tem aquele famoso efeito manada. No caso brasileiro, como você tem uma certa

atuação nos **mercados** de derivativos, os investidores que estavam vendidos em **dólar** estão mudando de posição para ficarem comprados em **dólar**. Há um ajustamento no **mercado** de derivativos.

O ministro assegurou que o governo continua apostando no câmbio flutuante:

- Eu não tenho um nível de preocupação. É claro que, se houver uma forte desvalorização do real, isso pode preocupar, mais pelos efeitos que poderá ter com alguns devedores brasileiros - comentou ele, lembrando que a alta do **dólar** "traz alguns benefícios para a **produção** industrial brasileira e os **exportadores**".

Para o economista da corretora Renascença, José Carlos Amado, há chances de a moeda americana chegar a R\$2 porque, além do movimento no **mercado** futuro, o "**mercado** está parado, ninguém capta lá fora" e o fluxo está minguando a cada semana porque os **exportadores** já trouxeram tudo que estava no exterior à espera somente de uma alta do **dólar**.

Na semana passada, o saldo das entradas e saídas de **dólares** foi de apenas US\$395 milhões, enquanto na semana anterior foi de US\$2,8 bilhões. O saldo só foi positivo por causa das **exportações**. Se dependesse só das aplicações financeiras, a semana fecharia no vermelho em quase US\$1,2 bilhão.

	VEÍCULO REVISTA INFO EXAME	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo aumenta imposto de <u>importação</u> de bicicletas e já estuda elevar IPI</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Lobby foi feito pelos fabricantes que estão na Zona Franca de Manaus**

**Stefan Zander/Revista VIP**

**Bicicletas à venda no Brasil: modelos importados ficarão mais caros**

São Paulo – Com todas as atenções voltadas ao aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros importados, uma decisão do governo passou despercebida. As bicicletas trazidas do exterior tiveram o imposto de importação elevado e já há estudos no Ministério da Fazenda para subir o IPI a exemplo do que aconteceu com os veículos.

A Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento aprovou, há duas semanas, a elevação da alíquota de 20% para 35%, que é a máxima permitida pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). A justificativa para a mudança foi que “o aumento das

importações está reduzindo a competitividade da indústria nacional”.

Os pneus de borracha utilizados em bicicletas também tiveram a alíquota elevada de 16% para 35%.

No próprio site do Ministério há uma nota da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) comemorando a decisão. “É uma vitória de grande impacto para o Polo Industrial de Manaus.”

“As bicicletas vêm apresentando neste ano incremento acentuado na produção, mas, de igual forma, vinham sofrendo com a concorrência desleal dos similares importados. Nesse caso, tanto o bem final quanto um dos seus principais componentes – os pneumáticos para bicicletas, cuja produção em Manaus é a única do país – devem ter ganho de competitividade, fortalecendo a cadeia produtiva regional”, diz a Superintendente da SUFRAMA, Flávia Grosso.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Aprovada MP que permite redução no preço dos 'tablets'</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Senado aprovou nesta quarta-feira (21) o Projeto de Lei de Conversão 23/11, decorrente da Medida Provisória 534/11, que isenta do pagamento de PIS e Cofins os tablets produzidos no Brasil. A proposta também amplia o prazo de implantação de Zonas de Processamento de **Exportação** (ZPEs), normatiza a contribuição previdenciária de contribuintes individuais e facultativos e prorroga a isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para navegação fluvial e lacustre que tenham saída ou destino em portos do Norte e do Nordeste. Aprovado por unanimidade, o projeto segue agora para sanção presidencial.

O PLV 23/11 inclui os tablets na Lei 11.196/05, conhecida como Lei do Bem, reduzindo a zero as alíquotas da contribuição para o PIS e Cofins incidentes sobre a receita bruta da venda a varejo desses produtos. Com sua inclusão nos incentivos fiscais do Programa de Inclusão Digital (PID), o **Governo Federal** pretende reduzir em mais de 30% o preço final do produto ao consumidor.

Relator da proposta no Senado, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) defendeu que os tablets possuem "grande potencial de venda, tanto no **mercado** interno quanto no externo", o que justifica a exigência de fabricação do produto no Brasil.

- A medida melhorará o perfil das **exportações** brasileiras, ainda fortemente calcadas em produtos primários, e contribuirá para o equilíbrio do balanço de transações correntes. Segundo o **Ministério** da Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2010, os bens de tecnologia da informação e comunicação (TIC) apresentaram déficit na balança comercial de 18,9 bilhões de **dólares** - afirmou.

Senador do **Amazonas**, Eduardo Braga também foi autor da emenda aprovada na Câmara que alterou as especificações do produto, incluindo a ressalva de que os aparelhos não podem possuir "função de controle remoto". Com a mudança, os tablets passam a ser classificados como "máquinas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao

toque de área superior a 140 e inferior a 600 cm<sup>2</sup> e que não possuam função de comando remoto".

#### **Zona Franca de Manaus**

O detalhamento das especificações era uma preocupação dos parlamentares da região Norte. Eles lutaram para evitar a ampliação do benefício fiscal às telas de celulares e de televisores fabricadas em outras regiões do país, assegurando assim a competitividade das indústrias instaladas no **Pólo Industrial** de **Manaus**, que fabricam esses produtos e já recebem outros incentivos.

Outra emenda incluída na Câmara foi o aumento em um ponto percentual do crédito da Cofins recebido pela pessoa jurídica que adquirir tablets fabricados na **Zona Franca** de **Manaus**. A intenção é incentivar o **comércio** de produtos fabricados na **Zona Franca** e impedir que a região seja preterida em favor de áreas mais desenvolvidas e bem localizadas, como o interior de São Paulo. Segundo o relator da proposta, a compensação pela renúncia fiscal decorrente do aumento do crédito da Cofins virá da receita oriunda da venda dos tablets pela própria **Zona Franca**.

- Nossa preocupação maior, da bancada do **Amazonas**, que tem um **importante Pólo Industrial** de eletroeletrônicos, era não permitir que a **Zona Franca** de **Manaus** fosse prejudicada, perdesse a competitividade e a oportunidade de participar, ao lado de outros estados brasileiros, do processo de **produção** de tablets no **Brasil** - afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), defendendo que o Senado conseguiu um equilíbrio entre os interesses dos estados e os interesses do país.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) também elogiou o PLV 23/11 que, ao incentivar o **desenvolvimento** da indústria de ponta no país, contribui para a preservação de florestas. O senador alertou, no entanto, para a necessidade de se evitar que o **Brasil** seja apenas um montador de equipamentos, defendendo o **desenvolvimento** de tecnologia de ponta no país.

#### **Ação retroativa**

O PLV 23/11 determina que a desoneração de PIS/Pasep e Cofins sobre a venda a varejo dos tablets

retroagirá a 20 de maio de 2011, data da assinatura da MP 534/11. O projeto prevê ainda que a isenção de impostos não se aplica aos produtos comercializados por empresas

optantes do Simples Nacional, que já possuem outros incentivos fiscais.

Paola Lima / Agência Senado

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Proposta do <u>Brasil</u> à OMC sobre tarifas de <u>importações</u> será discutida na próxima reunião do <u>Mercosul</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Repórter da EBC

Buenos Aires – A proposta brasileira à Organização Mundial do **Comércio** (OMC), de permitir aumentos nas tarifas de **importações** de bens industrializados, para compensar eventuais desvalorizações das moedas nos Estados Unidos e na Europa, será tema da reunião de presidentes dos quatro países do **Mercosul** (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), em dezembro, em Montevidéu. Outro tema, tratará da lista de exceções, para o **comércio** no âmbito do **Mercosul**, informou hoje (21) o **Ministério** da Indústria da Argentina.

A ministra Débora Giorgi disse ontem (20) que a Argentina “acompanhará a proposta do **Brasil** de aumentar a TEC [Tarifa Externa Comum] em uma série de posições alfandegárias para produtos cuja **importação** extra zona possa prejudicar o setor industrial”. Ela acrescentou que é preciso buscar uma “uma salvaguarda cambial que permita preservar o **mercado regional** da entrada de capitais especulativos, promovidos pelas flutuações das moedas dos principais países desenvolvidos”.

O secretário de Indústria, Eduardo Bianchi, disse que o governo argentino vem manifestando, há tempos, sua preocupação com o impacto da crise internacional na indústria local: sem ter para quem vender seus produtos, países industrializados podem **exportar** seus excedentes a preços abaixo do custo de **produção**. Segundo Bianchi, a Argentina chegou a propor um mecanismo de proteção, mas na época não recebeu o apoio do Brasil. Agora, disse Bianchi, a crise internacional provocou “um mudança de percepção” no Brasil

“No marco da crise internacional tínhamos a intenção de elevar a tarifa externa comum para os casos de excessos de alguns produtos **importados**. Na época, levamos essa proposta ao **Mercosul**, mas o **Brasil** não quis. Agora, porém, Dilma Rousseff está disposta a conversar sobre o tema. A ideia é aumentar as tarifas alfandegárias de forma transitória”, declarou Bianchi.

Na próxima cúpula do **Mercosul** serão discutidos os detalhes da proposta brasileira. Qualquer mudança da TEC requer a aprovação de todos os países. Segundo o secretário, na prática o que se busca é poder adotar uma tarifa superior ao teto de 35% permitido pela Organização Mundial do Comercio (OMC), em casos em que uma desvalorização do **dólar** ou do euro leve a entrada de excedentes comerciais de países industrializados no **Mercosul**.

Outro tema de interesse da Argentina, é a ampliação da lista de produtos, provenientes de países fora do **Mercosul**, que têm exceções alfandegárias. O governo argentino quer aumentá-la de 100 a 300 produtos industrializados. Um exemplo, são os bens de capital, que têm uma TEC de 35% e que a Argentina gostaria de poder **importar** com tarifa zero.

Bianchi também falou sobre a preocupação dos empresários argentinos com a desvalorização do real, que este mês chegou a 12% em relação ao **dólar**. Ele disse que o governo está analisando diferentes medidas e não descartou a aplicação de novas licenças não automáticas que protejam o setor.

Edição: Aécio Amado

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO RJ	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Aprovado benefício para tablet</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**BRASÍLIA – O plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, a Medida Provisória 534, que reduziu a zero as alíquotas de PIS e Cofins incidentes sobre a venda de tablets produzidos no Brasil. A matéria seguirá à sanção presidencial. O relator retirou uma emenda polêmica sobre destaque1'>Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) para evitar que a MP retornasse à Câmara.**

“A medida melhorará o perfil das exportações brasileiras, ainda fortemente calcadas em produtos primários”, afirmou o relator, senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Ele citou dados do Ministério da Ciência e Tecnologia de que os bens de tecnologia da informação e comunicação (TIC) apresentaram déficit na balança comercial de US\$ 18,9 bilhões em 2010. Com a redução dos dois tributos, a estimativa é de que o preço final dos tablets caia em 31%. O tablet é o sexto produto a receber a isenção fiscal do Programa de Inclusão Digital, que já favorecia os computadores de mesa, notebooks, teclados, mouses e modems.

Para proteger a destaque1'>Zona destaque2'>Franca de Manaus da concorrência na atração de fabricantes de tablets, a proposta aumentou de 4,6% para 5,6% o crédito da Cofins para esses produtos, quando forem adquiridos de empresas da região. A MP prevê ainda que as destaque1'>Zonas de Processamento de Exportação criadas a partir de 23 de julho de 2007 terão mais um ano para o início das obras de implantação de fábricas. depois de protestos do PSDB, o relator retirou uma emenda que estendia esse prazo às ZPEs criadas a partir de 1989.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apontou mudança de mérito na nova redação conferida ao dispositivo, o que obrigaria o retorno da matéria à Câmara. No entanto, os deputados não teriam tempo hábil para rever a matéria, que perde a validade no dia 2 de outubro. Para não expor a risco os benefícios dos tablets, os líderes fizeram um acordo para que o benefício às ZPEs criadas a partir de 1989 seja incluído na MP 540, do plano de incentivo à indústria, que está na Câmara e trata de questões tributárias.

A MP 534 trata, ainda, de mais assuntos. Ela prorroga por mais cinco anos, até janeiro de 2017, a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Tablet produzido no país terá benefício fiscal</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Por De Brasília

O Senado aprovou ontem, em votação simbólica, projeto de lei de conversão proveniente da medida provisória que inclui no Programa de Inclusão Digital (PID) do Governo Federal o tablet PC produzido no país. O produto passa a se beneficiar de alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins incidente na venda a varejo, assim como os outros incluídos no PID (CPUs, notebooks, computadores de mesa, teclados, mouses e modems).

A desoneração não se aplica ao tablet PC vendido por varejistas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Causou polêmica no plenário do Senado a decisão da Câmara de incluir na MP a ampliação, para dois anos, do prazo de início efetivo das obras de implantação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), sob pena de caducidade do decreto presidencial de criação, mas restringindo esse benefício às ZPEs criadas a partir de 2007. O relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), elogiou a ampliação do prazo, mas considerou "discriminatória" a restrição às ZPEs criadas a partir de 23 de julho de 2007 (data de publicação da Lei nº 11.508, de 2007).

Para corrigir o problema, Braga propôs uma emenda estendendo a ampliação do prazo a todas as ZPEs criadas no país. Ele considerou a mudança uma emenda de redação, o

que evitaria retorno à Câmara. Mas Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que seria "abusiva" a inclusão dessa emenda como de redação. Braga recuou e o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), assumiu compromisso de incluir o tema em outra MP.

"Em miúdo, poderão ser imediatamente prejudicadas as ZPEs em implantação em Barcarena (PA), Ilhéus (BA) e Cáceres (MT), que já iniciaram suas obras, mas talvez encontrem dificuldade para demonstrar que executaram no mínimo 10% do cronograma físico-financeiro, conforme exige resolução do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE)", disse.

A Câmara introduziu outras matérias, como a elevação em um ponto percentual (de 4,6% para 5,6%) do crédito da Cofins recebido pela pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus que adquirir um tablet PC nela fabricado e prorrogação, por cinco anos (até 8 de janeiro de 2017), da não incidência do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre o frete de mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado nas Regiões Norte e Nordeste, na navegação de cabotagem, interior fluvial e lacustre. (RU)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Alta do <u>dólar</u> já compensa a queda das commodities</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A escalada do dólar em setembro, que chegou a 17,07%, já está trazendo mais dinheiro para o bolso dos agricultores que exportam, mesmo com a queda dos preços das commodities no mês. Ontem, a moeda americana teve a maior alta desde 22 de outubro de 2008, em plena crise financeira - subiu 4,25% e fechou a R\$ 1,865. A desvalorização diária, consecutiva e rápida do real forçou as empresas com dívidas no exterior a procurar hedge para seus compromissos em condições menos favoráveis. Ele está mais caro e as incertezas sobre as cotações tendem a encarecê-lo ainda mais. Para o Banco Central, a corrida do dólar é apenas um fenômeno transitório.

### **Dólar mais do que compensa queda das commodities**

**Por Gerson Freitas Jr. | De São Paulo**

A valorização do dólar em relação ao real, que ganhou força em setembro, até agora impediu a queda dos preços domésticos das principais commodities agrícolas exportadas pelo Brasil, que perderam sustentação nas bolsas internacionais nas últimas semanas em decorrência das turbulências financeiras em países desenvolvidos.

Mais do que isso: os preços de exportação de produtos como soja, milho, café e açúcar estão até mais elevados do que no fim de agosto, quando as incertezas em relação à economia global tornaram-se ainda maiores, amplificaram as dúvidas sobre o futuro da demanda e abriram espaço para o fortalecimento da moeda americana no mercado externo.

Para os produtores brasileiros que exportam e temiam que a crise no Hemisfério Norte provocasse uma baixa das cotações que reduzisse suas atuais margens de lucro elevadas, trata-se de uma boa notícia, que inclusive já acelerou as vendas antecipadas da colheita da safra que começou agora a ser plantada (2011/12). Do ponto de vista do combate à inflação, porém, ainda não há frescor à vista nesse frente. Com a disparada de ontem, o dólar passou a acumular alta superior a 15% em relação ao real neste mês.

Produto com maior peso nas exportações agrícolas do Brasil, a soja fechou a quarta-feira em queda de 1,3% na bolsa de Chicago, cotada a US\$ 13,32 por bushel (medida equivalente a 27,2 quilos). Com mais esse recuo, os futuros de

segunda posição de entrega do grão (normalmente os de maior liquidez) passaram a acumular baixa de 8,6% em setembro. Apesar disso, o preço da oleaginosa convertido em reais ficou 5,2% mais alto no período. "Os preços praticados no Brasil estão acima dos picos de agosto", diz Antonio Sartori, da corretora gaúcha Brasoja.

Atraídos pelos preços favoráveis, os agricultores aceleraram a comercialização da próxima safra. De acordo com Sartori, os gaúchos já comprometeram aproximadamente 20% da produção que será entregue em maio de 2012, um resultado excepcional em um Estado onde as negociações antecipadas de soja são uma prática pouco comum. "Mais da metade desse volume foi comercializado nas últimas semanas. A alta do câmbio compensou até mesmo a queda dos prêmios pagos nos portos", observa. Segundo ele, há um ano nem 10% da safra do Estado havia sido negociada.

Fenômeno semelhante é observado em Mato Grosso, onde a cultura das vendas antecipadas é arraigada. Glauber Silveira, presidente da Aprosoja, associação que representa os produtores do Estado, calcula que metade da safra 2011/12 do Estado já foi comercializada, ante pouco mais de 30% em igual período do ano passado. Mais de um terço desse volume foi negociado neste mês.

O milho é outra commodity cujos preços resistem a cair, mesmo com a colheita da safrinha no Paraná. Em setembro, os futuros do grão recuaram 8,9% em Chicago, mas acumulam alta de 4,8% no mês na conversão para a moeda brasileira. Ontem, a commodity caiu 0,56% na bolsa americana, para US\$ 6,99 por bushel (27,2 quilos), menor preço de fechamento desde 10 de agosto. Em compensação, o indicador Cepea/Esalq para o milho no mercado físico está no maior nível desde fevereiro, a R\$ 31,65 por saca, alta de 3,94% no mês.

Historicamente, os preços domésticos do milho são pouco influenciados pelo comportamento do câmbio e do mercado externo, já que o Brasil sempre teve uma participação tímida no mercado internacional do grão. Mas o rápido aumento dos embarques nos últimos anos fez com que o cenário interno fosse cada vez mais influenciado pelo sobe-e-desde do preço oferecido aos exportadores. Sintoma dessa

mudança, as vendas antecipadas de milho no Mato Grosso, que praticamente inexistiam até o ano passado, somavam 33% até o fim de agosto. Estima-se que, três semanas depois, estejam próximas de 50%. "É muito possível que, a essa altura, tenhamos vendido mais milho do que soja em Mato Grosso", afirma um trader.

O efeito cambial também é sentido nos **mercados** de café e açúcar, que desde o início do mês acumulam queda de 11,5% e 10,3%, respectivamente, em Nova York. Em moeda local, o café acumula alta de 1,9% e o açúcar, 3,3%, no mesmo período. Gil Barabach, analista da consultoria Safras & **Mercados**, pondera que a alta do real é um dos fatores que

ajudam a pressionar os preços das commodities agrícolas lá fora, devido à posição do **Brasil** no tabuleiro. "A alta do **dólar** estimula as **exportações**, e os preços internacionais se ajustam a esse aumento de oferta".

No entanto, o ritmo da queda nos preços internacionais é insuficiente para fazer frente à erosão do câmbio, diz Fábio Silveira, da RC Consultores. Para ele, o resultado "inevitável" dessa equação será um aumento da inflação no Brasil. "O recuo dos preços internacionais ainda é muito tímido perto desse salto do **dólar**."

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma muda discurso para tratar mais da crise mundial</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma Rousseff já estava em Nova York quando decidiu alterar o discurso que fez ontem na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando o trecho dedicado à crise internacional. A presidente passou a enfatizar a preocupação do **Brasil** com a gravidade da crise e com a necessidade de uma resposta conjunta e não de "uns poucos países" contra medidas recessivas. O rascunho do discurso tinha um tom otimista sobre o **Brasil** que ela amenizou na versão final. "Nossa capacidade de resistência não é ilimitada", acrescentou Dilma ao pronunciamento. Para se estender sobre a crise, ela reduziu o espaço antes dedicado à América do Sul e ao **Mercosul**, assuntos dos quais tem se ocupado pouco.

#### **Crise é séria e pode levar à ruptura, diz Dilma**

As lideranças dos países desenvolvidos não conseguem achar uma saída para a atual crise econômica "por falta de recursos políticos e, algumas vezes, clareza de ideias", disse ontem a presidente Dilma Rousseff, no discurso de abertura da 66ª Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas. Dilma foi a primeira mulher a abrir a sessão anual de trabalhos da ONU.

No próprio discurso, a presidente resumiu a visão do **Brasil** sobre a atual crise externa. "O mundo se defronta com uma crise que é ao mesmo tempo econômica, de governança e de coordenação política." E o Brasil, destacou, ainda está bem economicamente, mas até para manter essa situação quer e pode ajudar na redefinição que se faz necessária nas relações internacionais. "Essa crise é séria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países", disse a presidente brasileira, que falou por cerca de 20 minutos.

"Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o debate geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna", foram as primeiras palavras da presidente, que defendeu maior coordenação entre ONU, G-20, FMI e Banco Mundial.

"Não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise", afirmou. "É, permitam-me dizer, por falta de recursos políticos e, algumas vezes, de clareza de ideias",

afirmou. Se não for encontrada uma saída para a crise, disse, ela pode levar a uma "ruptura política e social."

No discurso, Dilma reforçou teses que embasam a gestão da política econômica no Brasil: "Uma parte do mundo, disse, não encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para a demanda e o crescimento. Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise - a do desemprego - se amplia. Já temos 205 milhões de desempregados no mundo."

A presidente aproveitou a oportunidade para fazer recomendações aos líderes mundiais. Segundo ela, "políticas fiscais e monetárias devem ser objeto de avaliação mútua, de forma a impedir efeitos indesejáveis sobre os outros países, evitando reações defensivas". A solução do problema da dívida, por sua vez, deve ser combinada com o crescimento econômico, avalia a presidente. "Está claro que a prioridade da economia mundial, neste momento, deve ser solucionar o problema dos países em crise de dívida soberana e reverter o presente quadro recessivo. Os países mais desenvolvidos precisam praticar políticas coordenadas de estímulo às economias extremamente debilitadas pela crise", disse Dilma. E acrescentou: "Os países emergentes podem ajudar."

A guerra cambial também ganhou destaque no discurso de Dilma na ONU. "É preciso impor controles à guerra cambial, com a adoção de regimes de câmbio flutuante", para "impedir a manipulação do câmbio tanto por políticas monetárias excessivamente expansionistas como pelo artifício do câmbio fixo". Para a presidente, "o protecionismo e todas as formas de manipulação comercial devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade de maneira espúria e fraudulenta".

A reforma do Conselho de Segurança da ONU e as atuais manifestações populares nos países árabes também foram temas presentes no discurso. "A cada ano que passa, mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança", disse Dilma. E deixou claro que o "Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho".

Em relação ao que chamou de "Primavera Árabe", Dilma afirmou que as nações precisam encontrar "uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo".

"Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis", disse. "Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso à força deve ser sempre a última alternativa", afirmou, sem citar países envolvidos nos conflitos.

Por outro lado, a posição do país a favor da criação do Estado Palestino foi reafirmada. "É chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título", disse. "Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno **regional**."

Na parte final do discurso, Dilma falou dos avanços políticos e econômicos vividos pelo **Brasil** nos últimos anos, "sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas". E ressaltou o papel da mulher nesse processo. "No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm nas mães a figura central."

No encerramento, fez questão de lembrar seu passado como prisioneira política durante o período da ditadura militar. "Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são **importantes** os valores da democracia, da Justiça, dos direitos humanos e da liberdade."

	VEÍCULO <b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Contrapartidas ao aumento do IPI</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Foram imediatas e contraditórias as reações à decisão do governo de aumentar em até 30 pontos percentuais o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) dos automóveis e caminhões importados, como meio de proteger a produção nacional.**

Contraditórias porque conflitam com a recorrente afirmação de que o país passa por um processo de desindustrialização. Ou seja, como é possível, ao mesmo tempo, criticar a medida do governo e reclamar políticas de estímulo à indústria nacional?

As reclamações tiveram destaque no Financial Times, que identificou uma mudança de foco na política brasileira, passando da guerra cambial para o protecionismo industrial.

Além disso, há um temor sempre presente de alta da inflação, porque os importados colaboram para contê-la - mas, neste caso, as montadoras já sinalizaram com a manutenção dos preços.

A despeito dos temores inflacionários, mantidos mesmo com um cenário de trajetória recessiva no plano internacional e com elevados estoques de veículos parados nos pátios das montadoras, a origem das reclamações está concentrada nos setores que vinham lucrando muito com as importações e a instalação de simples "fábricas maquiadoras".

Sabemos que essas maquiagens atuam como se fossem fábricas, mas não participam na formação de cadeias produtivas no país, nem tem potencial para investir em pesquisas e desenvolvimento tecnológico. Nosso foco, reafirmado no programa Brasil Maior, é estimular a produção nacional.

A alta no IPI integra esse esforço, porque visa a estimular que as montadoras agregam frentes de pesquisa tecnológica e se utilizem de componentes nacionais em seus veículos - a exigência é de 65% de componentes produzidos aqui.

De fato, o mundo vive uma guerra cambial, e o Brasil não pode ficar parado. Devemos criar condições para

aumentar nossa competitividade. E isso só será possível se impulsionarmos os investimentos em educação, tecnologia, infraestrutura e energia, além de modificar nosso complicado sistema tributário. Sem ingenuidades e ou dogmas, temos que nos defender de dumpings, fraudes e triangulações, mas sempre focando na redução dos custos de nossa economia e aumento da produtividade.

Se necessário for, cabe ao Brasil promover políticas cambiais e de controle de capitais para nos proteger das desvalorizações competitivas capitaneadas pelos Estados Unidos.

Sem essa perspectiva, não há medida protecionista ou de defesa comercial, por mais legítima e legal que seja, que resolva a questão. Nesse sentido, falta à política de impostos para o setor automotivo exigir compensações da indústria que se beneficia dos incentivos fiscais, sob pena de a alta no IPI não resultar no efeito esperado. A contrapartida já ocorre, por exemplo, com empréstimos do BNDES e poderia se traduzir, no caso da indústria automobilística, em investimentos em veículos menos poluentes, com mais itens de segurança e mais baratos no preço final.

Enfim, é preciso proteger a produção nacional, mas também obter da indústria maior comprometimento com as contrapartidas sociais, trabalhistas, ambientais e de qualidade.

José Dirceu Advogado, ex-ministro da Casa Civil e membro do Diretório Nacional do PT.

O mundo vive uma guerra cambial e o Brasil não pode ficar parado. Devemos criar condições para aumentar nossa competitividade

	VEÍCULO GENTE DE OPINIAO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Informática em G.Mirim: Projeto de Raupp e Expedito tramita</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou, na tarde de hoje, o projeto de lei nº 54/08, de autoria do senador Valdir Raupp, que altera o art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, para suspender a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre a entrada de mercadorias nacionais e estrangeiras na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, bem como para possibilitar a inclusão dos bens finais de informática no regime fiscal especial.

O projeto tramita conjuntamente com o PLS 346/09, de autoria do ex-senador Expedito Júnior.

O relatório foi elaborado pelo senador Vital do Rego, que apresentou um substitutivo aproveitando ambos os projetos. O texto substitutivo amplia o prazo de vigência das isenções e benefícios concedidos à Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim dos atuais vinte e cinco anos, com fim previsto

para 2016, para trinta anos a partir da publicação do texto legal em proposição.

A matéria, ainda, será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo.

	VEÍCULO O NORTAO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Inscrições para Fórum de Investidores da Feira Internacional da <u>Amazônia</u> estão abertas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Até o dia 30 de setembro, empreendedores de todos os Estados da Amazônia podem inscrever projetos inovadores e de interesse para o desenvolvimento sustentável na seleção do Salão de Negócios Criativos, uma das atrações da Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011), a maior vitrine de produtos e serviços da região, que acontece de 26 a 29 de outubro, em Manaus (Amazonas). Os projetos escolhidos irão garantir participação no Fórum de Investidores, a grande novidade do Salão de Negócios Criativos neste ano.

Realizado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) através do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) e a Coordenação-Geral de Desenvolvimento Regional (CGDER), o Salão apresenta uma programação diferenciada em relação às edições anteriores. O Fórum de Investidores é inédito e tem por finalidade oferecer a empreendedores a oportunidade ímpar de apresentar projetos a potenciais investidores e dessa maneira, abrir caminho para a viabilização de novos negócios. Durante o fórum, também serão realizadas palestras com o objetivo de apresentar as plataformas estratégicas de atuação dos investidores participantes. Em paralelo a esta programação, haverá a exposição de propostas de negócios aberta ao público.

Para viabilizar o processo de seleção de propostas para o Fórum de Investidores, foi lançado o edital do Programa de Apoio ao Salão de Negócios Criativos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), que atua como parceira no evento. Podem concorrer propostas de empresas, institutos de pesquisa tecnológica e inventores/pesquisadores (pessoa física) de todos os Estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

As linhas de interesse preferenciais são produtos regionais (frutas, sementes, óleos essenciais, fibras e peixes); produção (bioindústria, biocosméticos, fitoterápicos, fitocosméticos, artefatos, móveis de madeira e bijoias); turismo e outros segmentos na área de biotecnologia, software, logística de transporte fluvial, energia, petróleo e

gás, telecomunicações, mineração e eletrônica. No total, serão escolhidos 15 projetos. O resultado da seleção será divulgado no dia 14 de outubro.

Os documentos necessários para a inscrição estão descritos no edital do programa de Apoio ao Salão de Negócios Criativos disponível no endereço eletrônico <http://www.fapeam.am.gov.br/edital.php?cod=178>. A documentação deverá ser entregue ou encaminhada em envelope lacrado à Diretoria Técnico-Científica da Fapeam (modelo disponível no link Formulários do site institucional), aos cuidados do Departamento de Análise de Projetos, em duas vias impressas. A Fapeam está localizada à Travessa do Dera, s/nº, no bairro Flores, em Manaus (Amazonas).

A equipe técnica da Fapeam atuará nas fases de seleção e enquadramento das propostas apresentadas para verificar o cumprimento de todos os requisitos. Em uma etapa posterior, os planos de negócios serão avaliados por uma Comissão de Seleção Multi-institucional constituída por um representante das seguintes instituições: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) por intermédio do Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (Cide) e da própria SUFRAMA. Os critérios de avaliação são adequação do projeto à política de desenvolvimento regional da SUFRAMA; potencial mercadológico do produto/serviço; e mérito e abrangência da proposta no contexto de CT&I, incluindo sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico.

#### Sobre a FIAM 2011

A FIAM é promovida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por meio da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Considerado o maior evento multissetorial da região, a edição 2011 da Feira Internacional da Amazônia, que terá como tema "Amazônia e você – o encontro é aqui", contará com diversas atividades destinadas a promover as potencialidades regionais, identificar oportunidades de

negócios, atrair investimentos e gerar novos conhecimentos acerca da região.

No pavilhão central do Studio 5 Centro de Convenções, o público poderá conferir as últimas novidades em termos de produtos fabricados com alta tecnologia por empresas do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**. Também haverá um espaço destinado à exposição institucional de Governos dos Estados que compõem a área de abrangência da autarquia (Acre, **Amazonas**, Rondônia, Roraima e os municípios de Macapá e Santana, no Amapá), e como convidados especiais os demais Estados da **Amazônia** Legal (Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão). Outra atração será a Rodada de Negócios, realizada em parceria com o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas do **Amazonas** (Sebrae-AM), proporcionará encontros entre empresas demandantes e ofertantes de produtos e serviços. Também haverá a Rodada

de Negócios de Turismo, promovida em parceria com a Convention Bureau do **Amazonas**.

Na programação do evento consta ainda o Pavilhão **Amazônia**, espaço destinado à exposição e comercialização de produtos de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de todos os Estados da região e o Salão de Negócios Criativos, que tem por finalidade viabilizar a transferência de capital para empreendimentos que aliem rentabilidade e impactos positivos ao **desenvolvimento regional**. Também ocorrerá a sexta Jornada de Seminários, cujo objetivo é debater temas estratégicos para o **desenvolvimento regional**, bem como difundir o conhecimento sobre a **Amazônia** e gerar subsídios para a orientação de políticas públicas. Mais informações no site [www.Suframa.gov.br/fiam](http://www.Suframa.gov.br/fiam).